

MUDAR É NECESSÁRIO

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

A revista Veja desta semana trouxe reportagem em que afirma ter tido acesso ao vídeo da reunião do delegado Protógenes e a direção da PF. Nele, o delegado teria confessado que manteve serviços de inteligência no gabinete do presidente do STF, segundo as transcrições da revista.

Também, no mesmo local, fez-se referência a uma entrevista do juiz De Sanctis, na qual teria afirmado que "A Constituição, e por consequência leis menores, não podem sobrepujar à vontade do povo". Com isto, o juiz teria justificado violações que podem ser feitas quando interesses maiores justifiquem.

Em outro local, a Veja traz um texto com foto do Min. Joaquim Barbosa, no qual se afirma que, no processo do mensalão, já foram ouvidas 41 testemunhas de acusação. Agora vão ser interrogadas 641 de defesa dos réus. Pela média do tempo até hoje gasto, a inquirição duraria mais 6 anos. Levando-se em conta que o ministro tem a mesma distribuição de processos no STF, uma das mais pesadas da magistratura, é bem possível que a ação dure mais tempo ainda, não obstante o reconhecido esforço de levá-lo ao fim.

Estes fatos suscitam reflexões. Se o delegado Protógenes praticou serviços de inteligência no gabinete do Presidente do STF, é preciso saber quem autorizou. E, mais ainda, se agiu por conta própria, violou flagrantemente a lei.

Se é verdade que o juiz De Sanctis defende a tese de que, quando há interesse do povo, a Constituição deve ceder, então não há mais Estado de Direito, que consiste exatamente no reinado das leis, e não dos homens. Nada pode sobrepor-se à Constituição e às leis.

A experiência cultural do ser humano em sociedade mostra que demoramos séculos para nos convencer de que a única convivência possível e harmônica dos seres humanos em sociedade é a que se faz sob a regência das leis.

Nada pode excluí-las porque em seu lugar surge o arbítrio e com ele as ditaduras e a violência, exatamente porque, faltando a medida da lei, prepondera a de cada um. A isto se dá o nome de caos.

Finalmente, a grandiosa tarefa do disciplinado ministro Joaquim Barbosa só será realizada se houver esforço sobre-humano que pode inclusive custar-lhe a saúde. Então, porque não reformar o Judiciário, prevendo que, para estes casos, o juiz pode formar uma equipe de juízes e servidores sob sua orientação, para trabalhar diariamente no caso, ouvindo testemunhas, arrecadando dados e levantando fatos? O direito a ser aplicado, o Ministro o conhece muito bem. Mas é preciso instruir o processo. E a dificuldade está aqui.

Qualquer administrador, com um mínimo de bom-senso, faria proposta igual ou semelhante pois, estando alguém diante de um problema que precisa de solução, nada mais natural do que pensar em meios racionais de resolvê-lo.

Mas o Judiciário não quer ver os tempos modernos, em que tudo se muda à alta velocidade. Prefere ficar no atraso e, por isto, descumprir sua finalidade social.

Sobre a PF, é preciso que retome o rumo que sempre seguiu, fazendo jus ao conceito que tem de uma das melhores do mundo. Deve apurar todos estes fatos, acabar com divergências internas e voltar ao trabalho de servir o povo, que ela, aliás, sabe fazer muito bem.

Os recentes acontecimentos mostram que o país carece de nova estrutura política e social. Está na hora de realizá-la com o esforço de todos. Não podemos esperar mais.